

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R\$)									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Atribuível à proprietários da controladora (BR GAAP)	Participação não controladoras	Total do patrimônio líquido	
		Agio sobre integralização de ações							
Saldo Ajustado em 1º de Janeiro de 2009	2.102.526	55.670	46.704	833.311	212.496	3.185.906	22.760	3.208.666	
Resultado do exercício	-	-	-	-	538.282	538.282	2.406	540.688	
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(165.902)	(165.902)	(7.510)	(173.412)	
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(10.782)	10.782	-	-	
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alienação de controlada em conjunto - Usiminas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Redução de capital - transferências de participações	(1.586.689)	-	-	-	(15.857)	85.161	(1.517.385)	(1.517.385)	
Aumento de capital - reservas de incentivos fiscais	9.806	-	-	-	(9.806)	-	-	-	
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	-	25.894	-	-	(25.894)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	(122.999)	(122.999)	-	(122.999)	
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	369.056	-	(369.056)	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	60	60	-	60	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	525.643	55.670	72.598	1.192.561	19.955	51.535	14.851	1.932.813	
Resultado do exercício	-	-	-	-	224.524	224.524	1.880	226.404	
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	(13.807)	(13.807)	(1.340)	(15.147)	
Agio na aquisição de controlada sem alteração no controle	-	-	-	-	(1.062)	(1.062)	-	(1.062)	
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(9.409)	9.409	-	-	
Aquisição de participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	(2.680)	(2.680)	
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.251)	(2.251)	
Aumento de capital - reservas de lucros	380.788	-	-	(380.788)	-	-	-	-	
Dividendos antecipados	-	-	-	(20.326)	-	(91.453)	(111.779)	(111.779)	
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	-	13.255	-	-	(13.255)	-	-	
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	181.576	-	(181.576)	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prescrição de dividendos em controladas	-	-	-	-	816	816	-	816	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	906.431	55.670	85.853	973.023	(4.323)	2.016.654	10.460	2.027.114	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	303.298	546.405	353.880	605.875
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação, amortização e exaustão	83.840	77.649	136.356	171.189
Resultado de equivalência patrimonial	(87.682)	(230.504)	-	(128.348)
Provisão (reversão) de provisões para perdas eventuais, líquidas	20.943	(41.037)	28.099	(33.092)
Juros e encargos provisionados	54.704	(49.570)	120.262	(16.172)
Perda (ganho) na venda de ativo permanente	2.208	29.270	7.971	31.142
Ganho na participação acionária	-	769	-	769
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(25.907)	(16.053)	(22.998)	(2.185)
Contas a receber de clientes	756	(9.844)	(27.907)	(23.705)
Estoque	(74.657)	(42.764)	(89.993)	5.213
Impostos a recuperar	(12.532)	(34.650)	(11.457)	(23.312)
Dividendos recebidos	126.252	66.786	-	-
Outros créditos	(10.615)	1.417	(13.167)	(800)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	1.152	(405)	(136)	(13.147)
Fornecedores	(1.499)	33.009	11.462	83.272
Salários e férias a pagar	(4.404)	4.988	2.854	10.843
Outras obrigações e contas a pagar	(1.870)	2.077	11.063	(11.911)
Impostos e obrigações a pagar	25.733	3.927	(62.538)	(32.593)
Imposto de renda e contribuição social pagos	399.720	341.470	443.751	623.038
Juros pagos	(43.460)	(60.870)	(82.883)	(121.797)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	355.551	280.600	360.159	470.188
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicações de títulos e valores mobiliários, líquidas	(61.207)	(772)	(62.605)	2.642
Aquisição de imobilizado	(178.044)	(149.492)	(286.031)	(321.439)
Adições ao intangível	(14.997)	(6.473)	(17.715)	(12.633)
Aumento do investimento	(5.913)	(11.383)	(4.067)	3.913
Compra de controlada, líquido do caixa adquirido	-	-	(1.896)	(14.127)
Baixa de caixa líquido de participação societária	-	-	-	(83.859)
Dividendos recebidos	-	-	21.549	45.127
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(260.161)	(168.120)	(350.765)	(380.376)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	53.810	257.767	140.201	610.398
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(42.547)	(302.315)	(165.817)	(503.512)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(194.060)	(40.631)	(194.060)	(43.843)
Partes relacionadas	20.933	-	15.211	-
Resgate de operação com "swap"	-	-	-	(5.022)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(161.864)	(85.179)	(204.465)	58.021
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(66.474)	27.301	(195.071)	147.833
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	(9.288)	(8.341)
no Início do Exercício	114.921	87.620	377.661	238.169
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	48.447	114.921	173.302	377.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Cimentos S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma Companhia, domiciliada na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bolsa"). A controladora da Companhia, até 30 de dezembro de 2010, era a Camargo Corrêa S.A. ("CCCSA"), e a partir de 31 de dezembro de 2010, a Intercent Participações Ltda. assumiu o controle na Companhia, que por sua vez é uma subsidiária integral da CCSA. A Companhia e suas controladas têm como objetivo principal a produção e o comércio de cimento e seus derivados, bem como a exploração dos recursos minerais que são utilizados no processo produtivo.

As fábricas da Companhia estão localizadas nas cidades de Apiaí e Jacaré, no Estado de São Paulo; Bodoquena, no Estado do Mato Grosso do Sul; Pedro Leopoldo, Santana do Paraíso e Ijaci, no Estado de Minas Gerais; e em Cabo de Santo Agostinho, no Estado do Pernambuco. A controlada Loma Negra C.I.A.S.A. ("Loma Negra") possui nove fábricas na Argentina localizadas nas províncias de Neuquén, San Juan, Catamarca e Buenos Aires, que concentra seis das nove fábricas.

A Companhia e a controlada Loma Negra possuem ainda 29 usinas de concreto, sendo 18 localizadas no Brasil, sendo substancialmente no Estado de São Paulo, e 11 na Argentina. A controlada Loma Negra detém, por meio da Cofesur S.A., 80% de participação societária na Companhia Ferrosur Roca S.A. (Ferrosur). A Ferrosur administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra.

Em junho de 2010, a Companhia celebrou com a Insitac Control S.A. e Insitac Holding S.A. ("Grupo Insitac"), um contrato contemplando a aquisição, pela Companhia, de ações representativas de 51% do capital social total e com direito a voto da Cinac - Cimentos de Nacala, S.A. ("CINAC"), uma companhia com operações na área de cimento em Moçambique. O sinal já pago pela Companhia foi de US\$5 milhões. No 3º trimestre de 2010, as ações foram transferidas para a Companhia, e o preço definitivo de compra e venda foi calculado em US\$6,5 milhões, com base nas demonstrações financeiras da CINAC emitidas em 31 de maio de 2010. Adicionalmente, a Companhia, na qualidade de detentora de 51% do capital da CINAC, celebrou com a CINAC um contrato de mútuo em 30 de setembro de 2010, denominado localmente de "contrato de suprimentos", no montante de US\$9,5 milhões. A transferência do numerário ocorreu em 1º de outubro de 2010.

Ainda no 3º trimestre de 2010, a Companhia celebrou um contrato com a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., contemplando a transferência, para a CIMPOR, dos direitos e obrigações constantes do referido contrato celebrado com o Grupo Insitac. Consequentemente, a CIMPOR deverá pagar pela CINAC montante de R\$26.897 que foi determinado utilizando os mesmos critérios utilizados pela Companhia quando da celebração do contrato com a Insitac em junho de 2010, mas as demonstrações financeiras utilizadas tiveram como data-base 31 de maio de 2010. Dessa forma, após finalizada a operação constante do contrato entre a Companhia e a CIMPOR, a Companhia deixou de ser detentora de 51% do capital da CINAC, sendo-lhe reembolsado o investimento até então realizado, bem como o montante do contrato de mútuo acima referido, com juros pelo prazo incorrido de 4% a.a.

Em 23 de dezembro de 2009, os acionistas deliberaram a redução de capital social no montante de R\$158.689, sem alteração na quantidade de ações do capital da Companhia, mediante a transferência da totalidade das ações detidas no capital social da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa") e no capital da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas ("Usiminas"), ao valor contábil de 30 de setembro de 2009, para a então controladora Camargo Corrêa S.A..

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto:

	31/12/2010		31/12/2009		31/01/2009	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:						
Caúê Finance Limited	100,00	-	100,00	-	100,00	-
CC Cimentos Participações Ltda.	98,99	-	98,99	-	98,99	-
Camargo Corrêa Cimentos						
Portugal, SGPS, S.A.	100,00	-	-	-	-	-
Holdtotal S.A.	97,00	2,99	97,00	2,99	97,00	2,99
Loma Negra C.I.A.S.A.	24,18	73,38	24,18	73,38	24,18	73,38
Betel S.A.	-	97,55	-	97,55	-	97,55
Cofesur S.A.	-	85,52	-	85,52	-	85,52
Companhia Argentina de Cimento	-	-	-	-	-	-
Portland S.A.	-	97,55	-	97,55	-	97,55
Compania de Servicios a la Construcción S.A.	-	97,55	-	97,55	-	97,55
Escofer S.A.I.C.	-	97,55	-	97,55	-	97,55
Recycomb S.A.	-	97,55	-	73,65	-	73,65
Controladas em conjunto:						
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	-	9,00	-	9,00	-
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	50,10	-	50,10	-	-	-
Yguaçu Cimentos S.A.	35,00	-	-	-	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas e controladas	-	-	-	-	-	3,95

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação minoritária, se aplicável, e as controladas em conjunto, de forma proporcional, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; e (b) saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias, inclusive, caso existam, resultados não realizados e (c) transações de saldos entre companhias. Os balanços patrimoniais das controladas sediadas no exterior com moeda funcional diferente do real (em dólar, pesos, euros e guaranis) foram convertidos para reais com base nas taxas de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e adaptadas para as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos resultados das controladas sediadas no exterior foram convertidas para reais com base nas taxas de câmbio médias do exercício. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial".

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, incluem os resultados da controlada Usiminas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e o resultado de 13 meses da controlada Holdtotal e controladas. A fim de facilitar o entendimento das demonstrações financeiras, incluímos as seguintes informações adicionais:

	31/12/2009	
	Holdtotal (a)	Usiminas (b)
Demonstrações do resultado		
Receita líquida de vendas e serviços	1.126.897	313.751
Custo dos produtos e serviços vendidos	(795.026)	(281.423)
Lucro bruto	331.871	32.328
Despesas operacionais	(118.266)	(21.272)
Outras despesas, líquidas	(3.541)	(3.387)
Resultado financeiro	(86.219)	25.147
Equivalência patrimonial	-	3.266
Lucro operacional	123.845	36.082
Imposto de renda e contribuição social	(42.756)	(11.832)
Lucro líquido	81.089	24.250

(a) Resultado de 13 meses da controlada Holdtotal e de suas controladas indiretas, por conta da alteração na data de encerramento do exercício social, de novembro para dezembro em 2009;

(b) Participação proporcional à participação nos resultados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 da controlada Usiminas, devido à redução de capital da Companhia, aprovada pelos acionistas em 23 de dezembro de 2009, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, encerradas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que coincidem com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos,

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.909.974	1.645.467	3.132.190	3.389.340
Outras receitas	7.422	(1.608)	7.457	2.220
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.860)	(943)	(1.860)	(1.079)
	1.915.536	1.642.916	3.137.787	3.390.481
Insunso Adquiridos de Terceiros				
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	(298.740)	(162.157)	(957.529)	(1.074.156)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(637.114)	(563.578)	(728.665)	(793.399)
	(935.854)	(725.735)	(1.686.194)	(1.867.555)
Valor Adicionado Bruto	979.682	917.181	1.451.593	1.522.926
Depreciação, Amortização e Exaustão	(83.840)	(77.649)	(136.356)	(171.189)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	895.842	839.532	1.315.237	1.351.737
Resultado de equivalência patrimonial	87.862	230.504	-	128.348
Receitas financeiras	46.004	133.404	46.006	159.131
Outras receitas	3.474	113	3.424	113
	137.160	364.021	49.430	287.592
Distribuição do Valor Adicionado	1.033.002	1.203.553	1.364.667	1.639.329
Pessoal:				
Remuneração direta	109.684	82.967	262.530	296.369
Benefícios	22.085	32.460	27.504	38.555
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	9.030	7.592	9.030	7.592
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	275.530	203.547	379.830	320.396
Estaduais	292.585	238.025	292.953	238.025
Municipais	14.241	10.566	14.251	10.566
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros de financiamentos, debêntures e empréstimos	68.451	71.066	133.445	163.847
Aluguéis	16.872	19.048	18.720	23.291
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos	111.779	122.999	111.779	122.999
Lucros retidos	112.745	415.283	112.745	415.283
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	1.880	2.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMON

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e da ICPC 10.

A Administração da Companhia não remensurou ativos permanentes da Controladora, haja vista que nos últimos anos houve modernização significativa do processo produtivo.

Adicionalmente, em 2010, o CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Companhia adotou o IFRS já apresentado pela controlada Loma Negra C.I.A.S.A.; ajustou o custo depreciado para refletir as mudanças nos índices de preços na Argentina, o que representa o custo atribuído ("deemed cost") na data de transição da Loma Negra, que correspondeu a 1º de janeiro de 2008. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. Para o período findo em 31 de dezembro de 2010, não foram identificadas diferenças na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladoras, exceto por moínhos, silos e fornos, para os quais a vida útil-econômica foi alterada de 25 para 30 anos na Companhia e de 10 anos para 30 anos na Loma Negra.

As benfeitorias e benificações apenas são registradas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios econômicos futuros.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais e menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábil na data de alienação, sendo registradas pelo valor líquido na demonstração do resultado, como "Outras despesas".

2.16. Ativos intangíveis

2.16.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.16.2. Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa não reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos, técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

2.16.3. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.16.4. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes da manutenção da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável de bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.19. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Faça às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos a reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesta condição, os custos de reconstituição são constituídos das provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registradas em simultâneo com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos ativos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.20. Direito de concessão - Uso do Bem Público (UBP)

A controlada em conjunto Baesa possui uma concessão para exploração de empreendimento e foi outorgada para cada uma das consorciadas, na forma compartilhada, e as consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtores independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente às respectivas percentagens de participação no Consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001. O contrato de concessão também estabelece que seja pago o direito de Uso do Bem Público, denominado UBP, em parcelas mensais proporcionais, a títulos de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M.

O contrato de concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.21. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com as normas das Administração da Companhia, entre as quais ativos e passivos reconhecidos na demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, nesse último caso apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A composição dos impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias está demonstrada na nota explicativa nº 23.

A redução dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, previstas nas legislações tributárias vigentes. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.22.3. Impostos sobre a renda corrente e diferido do período

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.23. Benefícios a empregados

Plano de pensão definido de apresentadora - benefício definido

O passivo apurado pelos atuários independentes relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuais e custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros consistentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

2.24. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.24.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

2.24.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucro a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia e de suas controladas, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

2.24.1.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.24.1.3. Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos,

deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

2.24.2. Passivos financeiros classificados como "outros passivos financeiros"

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

2.24.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

2.24.4. Método dos juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.24.5. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, por recursos em contas bancárias de livre movimentação e por investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, das datas da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo avaliados ao valor justo.

2.25. Demonstração do Valor Adicionado "DVA"

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.26. Relatório por segmentos

Um segmento é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos. A Companhia apresenta os seus ativos e passivos, bem como as suas operações, agregados em segmentos geográficos, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz e monitora os negócios, conforme mencionado na nota explicativa nº 29.

2.27. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, se aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios.

2.28. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e que ainda não estão vigentes

A Companhia e suas controladas ainda não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas, pois a aplicabilidade não é exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme segue:

Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros¹

IFRS 9 (conforme alterada em 2010)

Instrumentos Financeiros²

Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 407³

Classificação de Direitos⁴

Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento⁵

Modificações às IAS 32

Modificações às IFRS 14

Melhorias às IFRICs emitidas em 2010⁶

¹Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

²Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

³Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

⁴Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.

⁵Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme aplicável.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

• A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - **Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38)** sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

• O efeito mais significativo da IFRS 9 refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes". As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

- A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas para o período anual com início em 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda não analisou quais seriam os impactos da aplicação desta norma.

- As modificações da IFRS 7 - **Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40)** aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. A Companhia ainda não analisou quais seriam os impactos da aplicação desta norma.

A Administração da Companhia e de suas controladas não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Companhia e de suas controladas relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Companhia e suas controladas realizem outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

- As modificações da IAS 32 - **Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39)** abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Companhia e suas controladas não celebraram nenhum acordo que se enquadra na escopo das modificações. No entanto, caso a Companhia e suas controladas não adquiram direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações à IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

- As modificações da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - Income Taxes denominada **Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets**. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - **Investment Property**, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda. A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - **Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets** não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas, apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo **International Accounting Standards Board - IASB**, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas descritas na nota explicativa nº 2.18, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.2. Ativos imobilizado e ativos intangíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 2.15 e 2.16, a Companhia e controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente no final de cada período de relatório.

		Controladora					
		Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (última demonstração apresentada em BR GAAP)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPC's	BR GAAP reapre- sentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPC's	BR GAAP reapre- sentado
Patrimônio Líquido e Passivos	Nota						
Passivos Circulantes							
Fornecedores		78.515	—	78.515	86.992	—	86.992
Debêntures		262.880	—	262.880	—	—	—
Empréstimos e financiamentos		56.216	—	56.216	95.105	—	95.105
Impostos e obrigações a pagar		87.394	—	87.394	63.229	—	63.229
Salários e encargos sociais		27.803	—	27.803	32.791	—	32.791
Dividendos e juros s/capital próprio		864	—	864	83.232	—	83.232
Adiantamento de clientes		7.470	—	7.470	597	—	597
Partes relacionadas		50.468	1.693	52.161	45.468	—	45.468
Outras obrigações		9.199	(1)	9.198	14.784	—	14.784
Total dos passivos circulantes		580.809	1.692	582.501	422.198	—	422.198
Passivo Não Circulantes							
Empréstimos e financiamentos		445.523	—	445.523	575.227	—	575.227
Provisão para litígios		6.808	—	6.808	10.401	1	10.402
Provisão para reconstituição ambiental (g)	—	—	47.468	47.468	—	50.472	50.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	—	—	10.710	10.710	114.617	10.624	125.241
Partes relacionadas		1.693	(1.693)	—	—	—	—
Outras obrigações		5.661	(2)	5.659	3.971	(8)	3.961
Total dos passivos não circulantes		459.685	56.483	516.168	704.216	61.089	765.305
Patrimônio Líquido							
Capital social		2.102.526	—	2.102.526	525.643	—	525.643
Reservas de capital		55.670	—	55.670	55.670	—	55.670
Reservas de lucros	(h)	880.015	—	880.015	1.265.159	—	1.265.159
Ajustes de avaliação patrimonial (k)		21.105	191.391	212.496	(55.352)	75.307	19.955
Lucros acumulados (h)	—	—	(64.801)	(64.801)	—	51.535	51.535
Total do patrimônio líquido		3.059.316	126.590	3.185.906	1.791.120	126.842	1.917.962
Total do Patrimônio Líquido e Passivos							
		4.099.810	184.765	4.284.575	2.917.534	187.931	3.105.465
Consolidado							
		Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (última demonstração apresentada em BR GAAP)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para IFRS	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para IFRS	IFRS
Ativos	Nota						
Ativos Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		238.169	—	238.169	377.661	—	377.661
Títulos e valores mobiliários		79.442	—	79.442	38.995	—	38.995
Contas a receber de clientes		272.356	22	272.378	171.124	21.584	192.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(35.842)	—	(35.842)	(28.712)	—	(28.712)
Estoques (a)		505.079	(4.240)	500.839	270.456	(3.903)	266.553
Impostos a recuperar (f)		33.415	10.360	43.775	41.592	—	41.592
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)		7.473	(7.473)	—	—	—	—
Dividendos e juros s/capital próprio a receber		53.640	—	53.640	17.851	—	17.851
Outros créditos		62.936	—	62.936	42.335	(21.585)	20.750
Total ativo circulante		1.216.668	(1.331)	1.215.337	931.302	(3.904)	927.398
Ativos Não Circulante							
Contas a receber de clientes		1.861	—	1.861	3.779	—	3.779
Partes relacionadas		147	—	147	18.118	—	18.118
Estoques (a)		10.398	65.681	76.079	43.572	44.439	88.011
Impostos a recuperar		29.827	—	29.827	27.839	—	27.839
Depósitos judiciais		25.328	—	25.328	17.161	—	17.161
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)		129.065	33.903	162.968	206.957	35.347	242.304
Outros créditos		8.238	—	8.238	7.518	—	7.518
Investimentos	(d)	1.059.046	(119.336)	939.710	62.401	(16.502)	45.899
Imobilizado	(e)	1.666.688	414.801	2.081.489	1.239.446	264.958	1.504.404
Intangíveis (f)		1.311.729	18.072	1.329.801	1.214.467	25.631	1.240.098
Total ativo não circulante		4.242.327	413.121	4.655.448	2.841.258	353.873	3.195.131
Total do Ativo							
		5.458.995	411.790	5.870.785	3.772.560	349.969	4.122.529
Consolidado							
		Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (última demonstração apresentada em BR GAAP)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para IFRS	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para IFRS	IFRS
Patrimônio Líquido e Passivos	Nota						
Passivos Circulantes							
Fornecedores		252.926	—	252.926	216.841	—	216.841
Debêntures		265.541	—	265.541	2.483	—	2.483
Empréstimos e financiamentos		198.466	—	198.466	187.048	—	187.048
Impostos e obrigações a pagar	(i)	143.600	10.361	153.961	115.138	—	115.138
Salários e encargos sociais		75.424	—	75.424	64.821	—	64.821
Dividendos e juros s/capital próprio		3.523	—	3.523	83.232	661	83.893
Adiantamento de clientes		23.903	—	23.903	11.130	—	11.130
Outras obrigações	(j)	50.243	(5.734)	44.509	25.882	981	26.863
Total dos passivos circulantes		1.013.626	4.627	1.018.253	706.575	1.642	708.217
Passivo Não Circulantes							
Debêntures		54.514	—	54.514	8.735	—	8.735
Empréstimos e financiamentos		1.034.648	—	1.034.648	1.023.360	—	1.023.360
Provisão para litígios		168.373	(2.582)	165.791	99.344	(2.606)	96.738
Provisão para reconstituição ambiental (g)	—	—	87.897	87.897	—	82.884	82.884
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)		2.707	178.301	181.008	115.590	117.502	233.092
Outras obrigações	(j)	115.186	4.822	120.008	20.198	16.492	36.690
Total dos passivos não circulantes		1.375.428	268.438	1.643.866	1.267.227	214.272	1.481.499
Patrimônio Líquido							
Capital social		2.102.526	—	2.102.526	525.643	—	525.643
Reservas de capital		55.670	—	55.670	55.670	—	55.670
Reservas de lucros	(h)	880.015	—	880.015	1.265.159	—	1.265.159
Ajuste de avaliação patrimonial (k)		21.105	191.391	212.496	(55.352)	75.307	19.955
Lucros acumulados (h)	—	—	(64.801)	(64.801)	—	51.535	51.535
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		3.059.316	126.590	3.185.906	1.791.120	126.842	1.917.962
Participações não controladoras		10.625	12.135	22.760	7.638	7.213	14.851
Total do patrimônio líquido		3.069.941	138.725	3.208.666	1.798.758	134.055	1.932.813
Total Patrimônio Líquido e Passivos							
		5.458.995	411.790	5.870.785	3.772.560	349.969	4.122.529
Nota - Efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC:							
a) Reclassificação das peças de reposição, anteriormente classificadas como estoque, para itens do ativo imobilizado, conforme CPC 27 - Ativo imobilizado.							
b) Classificação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo não circulante conforme CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e contabilização do efeito do imposto de renda e da contribuição social sob o efeito de transição do IFRS.							
c) Estorno de dividendos propostos acima do mínimo obrigatório, proposto na data de transição pela entidade controlada em conjunto Usiminas.							
d) Recálculo da equivalência patrimonial nas controladas e controladas em conjunto, por conta da transição para IFRS nessas entidades representado substancialmente pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme opção prevista no ICPC 10.							
e) Reclasseificação das peças de reposição para itens do ativo imobilizado, conforme CPC 27 - Ativo imobilizado, capitalização de despesas com juros de empréstimos, conforme CPC 20 - Custos dos empréstimos, constituição de ativo relacionado à recuperação e reconstituição ambiental das áreas de exploração, conforme CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e contabilização da aquisição de controlada pelo método de compra, conforme nota explicativa nº 2.4. No consolidado, adicionalmente ao assunto exposto anteriormente, a controlada Loma Negra revisou os custos históricos dos bens do ativo imobilizado e aplicação do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme opção prevista no ICPC 10. A abertura por tipo de ajuste é:							
		01/01/2009		31/12/2009			
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Comprometização de bens do imobilizado		11.322	114.252	9.788	78.936		
Reclassificação de peças de reposição		4.239	(61.442)	3.903	(40.535)		
Capitalização de juros		—	—	—	10.161		
Reconhecimento de ativo relacionado à recuperação ambiental		12.508	25.308	12.439	20.691		
Custo atribuído - deemed cost		—	331.309	—	190.660		
Combinação de negócios - Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos		5.374	5.374	5.045	5.045		
Total		33.443	414.801	38.300	264.958		
f) Na controladora, refere-se à reclassificação do ativo, do grupo de intangível para investimento, conforme ICPC 9, conforme nota explicativa nº 2.6.							
g) A Companhia e controladas constituíram provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.19.1.							
h) Reconhecimento dos ajustes anteriores à data de transição para as IFRS, conforme CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e diferenças cambiais na conversão das demonstrações financeiras ajustadas às IFRS.							
i) Reclassificação da antecipação de imposto de renda e contribuição social, antes classificados na rubrica "Impostos e obrigações a pagar" para a rubrica "Impostos a recuperar", na controlada em conjunto Usiminas.							
j) Reconhecimento da concessão de UBP da controlada BAE5A, conforme nota explicativa nº 2.20. Adicionalmente, em 01/01/2009, compõe também a reclassificação da parcela de curto prazo e ajuste do saldo passivo atuarial da controlada Usiminas, conforme nota explicativa nº 19.							
k) Reclassificação das diferenças acumuladas de conversão até 01/01/2009 para a conta de reservas de lucros, conforme CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.							
4.3. Reconciliação da demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009							
		Controladora					
		(Demonstração do resultado em 31/12/2009 apresentada em BR GAAP)					
		Nota	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPC's	BR GAAP reapresentado		
Receita			1.242.875	—	1.242.875		
Custo das Vendas	(a)		(877.967)	(7.539)	(885.506)		
Resultado Bruto			364.908	(7.539)	357.369		
Despesas Operacionais							
Despesas com vendas			(24.046)	—	(24.046)		
Despesas gerais e administrativas			(63.004)	2	(63.002)		
Outras despesas operacionais			(16.594)	(164)	(16.758)		
Equivalência patrimonial	(b)		207.717	22.757	230.504		
Receitas financeiras			19.464	—	19.464		
Despesas financeiras	(c)		(75.272)	4.206	(71.066)		
Despesas com variação cambial, líquida			113.940	—	113.940		
Resultado antes de IRPJ e da CSLL			527.143	19.262	546.405		
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Impostos diferidos	(d)		(9.254)	1.131	(8.123)		
Lucro do Exercício			517.889	20.393	538.283		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	Consolidado		
		(Demonstração do resultado em 31/12/2009 apresentada em BR GAAP)	Efeito da transição para IFRS	IFRS
Receita		2.663.463	1	2.663.464
Custo das Vendas	(a)	(1.879.052)	(48.837)	(1.927.889)
Resultado Bruto		784.411	(48.836)	735.575
Despesas Operacionais				
Despesas com vendas		(58.329)	(1)	(58.330)
Despesas gerais e administrativas	(e)	(162.907)	(8.415)	(171.322)
Outras despesas operacionais	(g)	(49.840)	26.160	(23.680)
Equivalência patrimonial	(b)	88.288	40.060	128.348
Receitas financeiras		33.510		33.510
Despesas financeiras	(c)	(167.442)	3.595	(163.847)
Despesas com variação cambial, líquida	(f)	(129.572)	(3.951)	(125.621)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		597.263	8.612	605.875
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Impostos correntes		(38.115)	-	(38.115)
Impostos diferidos	(d)	(37.854)	10.782	(27.072)
Lucro do Exercício		521.294	19.394	540.688
Lucro Atribuível aos Controladores		517.889	20.393	538.282
Lucro Atribuível aos não Controladores		3.405	(999)	2.406

Nota - Efeito da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC:
a) Efeitos da componetização dos bens classificado no ativo imobilizado para moinhos, silos e fornos alterando a vida útil-econômica de 25 para 30 anos, e adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme opção prevista no ICAUP 10.
b) Redução da equivalência patrimonial nas controladas e controladas em conjunto, por conta de transição para as IFRSs nessas entidades.
c) Capitalização de despesas com juros de empréstimos, conforme CPC 20 - Custos dos empréstimos.
d) Efeito de imposto de renda e da contribuição social sobre os ajustes de transição para as IFRSs.
e) A controlada Holdtotal reclassificou as despesas com indenizações trabalhistas, que estavam classificadas como outras despesas operacionais, para despesas gerais e administrativas.
f) Diferenças cambiais na conversão das demonstrações financeiras ajustadas às IFRSs.
g) Os custos de ociosidade da controlada em conjunto Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. Usiminas, que estavam classificadas como outras despesas operacionais, foram reclassificados para custo das vendas, em conformidade com o CPC 16 - Estoques.
4.4. Reconciliação do patrimônio líquido de BR GAAP anterior para o BR GAAP reapresentado (controladora) e para IFRS (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	01/01/2009 (data de transição)	31/12/2009	01/01/2009 (data de transição)
Patrimônio líquido em BR GAAP anterior	1.791.120	3.059.316		

Ajustes de CPC's:				
Efeitos da componetização	9.788	11.322		
Capitalização de juros	7.112	-		
Depreciação	(11.412)	(5.407)		
Reavilização de minas	(37.964)	(34.960)		
Ajuste em investimentos em controladas	148.207	145.757		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.011	9.878		
Patrimônio líquido em BR GAAP reapresentado	1.912.962	3.185.906		

	Consolidado		01/01/2009	
	31/12/2009	(data de transição)	31/12/2009	(data de transição)
Patrimônio líquido em BR GAAP anterior	1.791.120	3.059.316		
Ajustes para IFRS:				
Efeitos da componetização	80.094	114.252		
Custo atribuído	190.660	326.651		
Capitalização de juros	10.248	-		
Atualização monetária UBP	(1.128)	-		
Depreciação/amortização	(13.250)	(5.407)		
Despesa com concessão UBP	1.605	-		
Reavilização de minas	(70.069)	(67.461)		
Estorno da amortização de ágio	-	3.963		
Passivo atuarial na controlada em conjunto	-	14.467		
Ajuste em investimentos em controladas	(1.204)	(121.765)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(70.114)	(138.110)		
Reclassificação de acionistas não controladores para patrimônio líquido	14.851	22.760		
Patrimônio líquido em IFRS	1.932.813	3.208.666		

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	01/01/2009 (data de transição)	31/12/2009	01/01/2009 (data de transição)
Patrimônio líquido em BR GAAP anterior	1.791.120	3.059.316		
Ajustes para IFRS:				
Efeitos da componetização	80.094	114.252		
Custo atribuído	190.660	326.651		
Capitalização de juros	10.248	-		
Atualização monetária UBP	(1.128)	-		
Depreciação/amortização	(13.250)	(5.407)		
Despesa com concessão UBP	1.605	-		
Reavilização de minas	(70.069)	(67.461)		
Estorno da amortização de ágio	-	3.963		
Passivo atuarial na controlada em conjunto	-	14.467		
Ajuste em investimentos em controladas	(1.204)	(121.765)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(70.114)	(138.110)		
Reclassificação de acionistas não controladores para patrimônio líquido	14.851	22.760		
Patrimônio líquido em IFRS	1.932.813	3.208.666		

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	01/01/2009 (data de transição)	31/12/2009	01/01/2009 (data de transição)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	219.161	61.439	280.600
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a)	(106.682)	(61.438)	(168.120)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(b)	(85.178)	(1)	(85.179)
Patrimônio líquido em IFRS		1.932.813		3.208.666

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	31/03/10	31/12/09
Patrimônio líquido em BR GAAP anterior	1.898.257	1.887.101	1.842.946	
Ajustes de CPC's:				
Efeitos da componetização	10.058	9.982	9.892	
Capitalização de juros	13.692	11.240	8.967	
Depreciação/amortização	(14.811)	(13.649)	(12.530)	
Reavilização de minas	(40.304)	(39.524)	(38.744)	
Ajuste em investimentos em controladas	133.374	143.093	145.825	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.664	10.865	11.023	
Patrimônio líquido reapresentado	2.010.930	2.009.108	1.967.379	

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/10	31/03/10	31/12/09
Patrimônio líquido em BR GAAP anterior	1.898.257	1.887.101	1.842.946	
Ajustes de CPC's:				
Efeitos da componetização	80.341	82.875	81.573	
Custo atribuído	167.950	183.563	187.636	
Capitalização de juros	16.531	14.281	12.014	
Atualização monetária UBP	(3.017)	(2.380)	(1.751)	
Depreciação/amortização	(18.027)	(16.408)	(14.827)	
Despesas com concessão UBP	2.832	2.417	2.009	
Reavilização de minas	(73.235)	(75.428)	(72.876)	
Ajuste em investimentos em controladas	(1.204)	(1.204)	(1.204)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(59.496)	(65.713)	(68.142)	
Reclassificação das participações não controladoras para o patrimônio líquido	10.261	10.222	15.485	
Patrimônio líquido reapresentado	2.021.193	2.019.329	1.982.863	

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/06/09	30/09/10	30/09/09
Lucro do período em BR GAAP anterior	175.436	435.486	175.436	435.486
Ajustes de CPC's:				
Efeitos da componetização	271	212	271	212
Custo atribuído	-	-	(6.397)	(14.203)
Capitalização de juros	6.480	5.465	6.480	8.719
Baixa do diferido	-	(3.541)	-	(3.541)
Atualização monetária UBP	-	-	(1.889)	(751)
Depreciação/amortização	(3.399)	(4.873)	(4.778)	(7.168)
Despesa com concessão UBP	-	-	1.226	1.201
Reavilização de minas	(2.340)	(2.253)	(6.170)	(6.999)
Ajuste de avaliação de investimentos	(1.929)	26.644	5.408	40.161
Passivo atuarial	-	-	(4.587)	(6.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(343)	492	4.589	9.109
Reclassificação das participações não controladoras no lucro do período	-	-	1.468	1.654
Lucro do período reapresentado	174.176	457.632	175.644	459.293

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	30/06/09	30/06/10	30/06/09
Lucro do período em BR GAAP anterior	103.440	256.703	103.440	256.703
Ajustes de CPC's:				
Efeitos da componetização	194	112	(4.890)	(9.967)
Custo atribuído	-	-	-	(304)
Capitalização de juros	4.028	2.873	4.028	4.643
Baixa do diferido	-	(3.537)	-	(3.537)
Atualização monetária UBP	-	-	(1.252)	(468)
Depreciação/amortização	(2.236)	(3.185)	(3.155)	(4.672)
Despesa com concessão UBP	-	-	811	798
Reavilização de minas	(1.560)	(1.502)	(4.103)	(5.427)
Ajuste de avaliação de investimentos	(5.284)	6.030	-	16.556
Passivo atuarial	-	-	-	(3.579)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(143)	578	3.560	7.326
Reclassificação das participações não controladoras no lucro do período	-	-	538	915
Lucro do período reapresentado	98.439	258.072	98.977	258.987

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Lucro do período em BR GAAP anterior	52.957	69.547	52.957	69.547
Ajustes de CPC's:				
Efeitos da componetização	104	22	(2.626)	(5.436)
Custo atribuído	-	-	-	(298)
Capitalização de juros	1.755	1.192	1.755	1.683
Baixa do diferido	-	(3.220)	-	(3.220)
Depreciação/amortização	(1.117)	(1.523)	(1.577)	(1.344)
Reavilização de minas	(780)	(751)	(2.068)	(2.837)
Ajuste de avaliação de investimentos	(2.975)	(5.611)	-	1.785
Passivo atuarial	-	-	-	(1.785)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	360	1.518	3.670
Reclassificação das participações não controladoras no lucro do período	-	-	591	505
Lucro do período reapresentado	49.959	60.016	50.550	60.521

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	11.145	8.895	12.681	31.885	26.643	27.349
Aplicações financeiras	37.302	106.026	74.939	141.417	351.018	210.820
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.447	114.921	87.620	173.302	377.661	238.169

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Certificados de Depósito Bancário - CDB	22.279	57.512	-	22.279	48.271	57.512
Debêntures compromissadas	-	35.629	-	-	35.629	-
Fundos exclusivos:						
Notas do Tesouro Nacional - NTN	18	-	626	18	-	616
Certificados de Depósito Bancário - CDB	6.644	9.047	11.612	6.644	9.048	128.791
Fundo de Renda Fixa	7.418	11.998	5.189	7.418	11.998	5.189
Debêntures	-	1.081	-	-	1.081	-
Outros	943	-	-	943	-	-
Aplicações financeiras no exterior (*)	-	-	-	104.115	244.991	18.712
Total de aplicações financeiras	37.302	106.026	74.939	141.417	351.018	210.820

(*) Refere-se às aplicações financeiras da Controlada Loma Negra, denominadas em Pesos Argentinos, no montante de R\$85.985 em 31 de dezembro de 2010 (R\$9.032 em 31 de dezembro de 2009 e R\$18.710 em 1º de janeiro de 2009) e em dólares norte-americanos, no montante de R\$118.130 em 31 de dezembro de 2010 (R\$235.959 em 31 de dezembro de 2009 e R\$2 em 1º de janeiro de 2009). As aplicações denominadas em peso argentino apresentam rentabilidade entre 10,75% a 11% ao ano, e as aplicações denominadas em dólares norte-americanos apresentam rentabilidade de 0,2% ao ano.

As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias ou pelo resgate comprometido pela entidade financeira. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado e estão classificados como "empréstimos e recebíveis", e, portanto, contabilizados pelo método de "custo amortizado", ou seja, os juros são reconhecidos pela taxa efetiva de cada instrumento, exceto para os fundos exclusivos classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários para fundos exclusivos são classificados como "ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado" e os demais títulos e valor mobiliários estão classificados como "empréstimos e recebíveis", representados como segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fundos exclusivos:						
Letras do Tesouro Federal - LTF	9.173	31.360	21.504	9.173	31.360	21.504
Notas do Tesouro Nacional - NTN	86.734	-	13.211	86.734	-	13.211
Certificados de Depósito Bancário - CDB	611	-	-	611	-	-
Debêntures	4.432	-	-	4.432	-	-
Outros	1.450	-	-	1.450	-	-
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	-	809	3.341	1.615	24.945
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	5.588	-	2.950	5.588	-
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	18.693
Debêntures	-	432	1.089	-	432	1.089
Total	102.400	37.380	36.613	108.691	38.995	79.442
Total - classificado no circulante	102.400	37.380	36.613	105.741	38.995	79.442
Total - classificado no não circulante	-	-	-	2.950	-	-

7. CONTAS A RECEBER

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Clientes						
Partes relacionadas	4.348	22.984	5.769	3.998	22.984	5.914
Mercado interno	127.023	112.591	117.216	129.447	112.370	167.559
Mercado externo	-	15	1.935	79.580	61.133	100.765
Total	131.371	135.590	124.920	213.025	196.487	274.239
(-) Classificadas no não circulante (*)	(284)	(3.779)	(1.861)	(284)	(3.779)	(1.861)
Classificadas no circulante	131.087	131.811	123.059	212.741	192.708	272.378
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.614)	(17.753)	(16.810)	(29.387)	(28.712)	(35.842)
Total líquido no circulante	111.473	114.058	106.249	183.354	163.996	236.536

(*) O saldo classificado no ativo não circulante refere-se a renegociação de títulos vencidos junto à companhia do mercado interno, e possui vencimentos até 2012.

O período médio de crédito na venda de produtos da Companhia é de 27 dias. São cobrados juros sobre as contas a receber a partir do 1º dia de vencimento, à taxa de 1% ao mês sobre o saldo a receber.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber com prazo maior que 181 dias, uma vez que, com base na experiência, com vencidas há mais de 181 dias, geralmente não há mais recuperações, exceto para transações com partes relacionadas. A controlada Loma Negra constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber com base nos valores recuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando inclusive as garantias prestadas por tais devedores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	01/01/2009			
	Custo	Depreciação	Provisão	Residual
Terrenos	29.128	-	-	29.128
Edifícios	408.985	(213.244)	-	195.741
Máquinas e equipamentos	690.509	(474.946)	(32.967)	182.596
Veículos	63.171	(37.057)	-	26.114
Móveis e utensílios	12.005	(8.390)	-	3.615
Minas e jazidas	34.147	(5.049)	-	29.098
Outros	13.982	(1.268)	-	12.714
Pecas de reposição	4.239	-	-	4.239
Adiantamento a fornecedor	13.086	-	-	13.086
Imobilizado em andamento (*)	41.900	-	-	41.900
Total	1.311.152	(739.954)	(32.967)	538.231

	31/12/2010			
	Custo	Depreciação	Provisão	Residual
Terrenos	60.430	-	-	60.430
Edifícios	952.947	(525.608)	-	427.339
Máquinas e equipamentos	1.481.588	(886.943)	(1.248)	593.397
Veículos	181.011	(98.252)	-	82.759
Móveis e utensílios	56.215	(41.450)	-	14.765
Minas e jazidas	90.768	(29.884)	-	60.884
Reservatório, barragens e adutoras	85.479	(11.429)	-	74.050
Outros	16.859	(4.378)	-	12.481
Pecas de reposição	13.484	-	-	13.484
Adiantamento a fornecedor	23.617	-	-	23.617
Imobilizado em andamento (*)	242.916	-	-	242.916
Total	3.205.314	(1.597.944)	(1.248)	1.606.122

	31/12/2009			
	Custo	Depreciação	Provisão (*)	Residual
Terrenos	48.442	-	-	48.442
Edifícios	952.113	(519.985)	-	432.128
Máquinas e equipamentos	1.377.550	(841.626)	(1.248)	534.676
Veículos	169.930	(96.340)	-	73.590
Móveis e utensílios	51.377	(41.442)	-	9.935
Minas e jazidas	95.862	(31.141)	-	64.721
Reservatório, barragens e adutoras	85.479	(8.515)	-	76.964
Outros	16.068	(4.142)	-	11.926
Pecas de reposição	10.881	-	-	10.881
Adiantamento a fornecedor	7.786	-	-	7.786
Imobilizado em andamento (*)	233.355	-	-	233.355
Total	3.048.843	(1.543.191)	(1.248)	1.504.404

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)			
	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	29.128	195.741	182.596	538.231
Adições	-	245	139	195.820
Baixas	-	(476)	(1.268)	(12.695)
Depreciação	-	(14.197)	(42.599)	(67.075)
Reversão de provisão para perdas	-	-	31.719	31.719
Transferências	8	6.492	107.804	(111.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	29.136	187.805	277.763	686.000
Adições	2.809	-	-	142.932
Baixas	-	-	(1.100)	(2.177)
Depreciação	-	(14.275)	(52.712)	(76.227)
Transferências	10.510	29.139	58.021	(90.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	42.455	202.669	281.972	792.504

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	76.384	596.805	824.743	1.427.128
Adições	21	2.060	5.375	452
Baixas	-	(656)	(481)	(386)
Depreciação	(116)	(36.617)	(95.631)	(132.224)
Variação monetária e cambial (*)	(8.247)	(125.214)	(117.925)	(231.386)
Aquisição de bens de controladas	-	-	31.719	31.719
Reversão de provisão para perda	(22.518)	(21.824)	(2.013)	(46.355)
Alienação de controlada em conjunto - Usiminas	2.918	17.574	117.889	8.312
Saldos em 31 de dezembro de 2009	48.442	432.128	534.676	1.015.246
Adições	2.813	6.531	192	28
Baixas	-	(1.725)	(1.122)	(1.174)
Depreciação	(116)	(30.856)	(74.812)	(105.784)
Transferências	10.757	40.722	155.234	30.731
Variação cambial (*)	(1.466)	(19.584)	(20.807)	(41.937)
Adição de controladas	-	123	36	6
Saldos em 31 de dezembro de 2010	60.430	427.339	593.397	1.081.166

(*) Refere-se principalmente à efeito da variação da taxa de câmbio entre o início e o fim do período sobre ativos em moeda estrangeira da controlada Holdtotal e de subsidiárias e da controlada em conjunto Yguazú Cimentos S.A.

13. Intangíveis

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bens vinculados a concessão	-	-	-	17.257	17.936	18.615
Direitos de uso de software	4.586	3.200	7.833	4.586	3.200	9.707
Gastos com desenvolvimento de projetos	15.727	9.729	26.316	19.828	9.741	26.337
Marcas e patentes e outros	4.302	4.302	4.305	4.302	12.165	61.923
Total	24.615	17.231	38.454	45.973	43.042	116.582

Ágio	-	-	-	965.584	965.584	965.584
Loma Negra C.I.A.S.A. (*)	-	-	-	-	-	-
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (*)	102.633	102.633	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações e Investimentos Ltda. (*)	14.882	14.882	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (*)	75.801	75.801	75.801	75.801	75.801	75.801
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	-	-	-	-	9.823	-
Cofesur S.A.	-	-	-	7.944	8.670	21.638
Recycomb S.A.	-	-	-	1.205	-	-
La Preferida de Olavarría S.A.	-	-	-	7.354	6.628	-
Outros	22.858	22.858	22.858	22.858	22.858	22.858
Total	216.174	216.174	216.174	1.198.261	1.197.056	1.213.219
Total	240.789	233.405	254.628	1.244.234	1.240.098	1.329.801

(*) Ágios pagos na aquisição destas Companhias foram amortizados pela taxa de 12,5% (Loma Negra e Holdtotal) e 10% ao ano (RA, CBC e CIMEC) até 31 de dezembro de 2008. Os ágios têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme orientação técnica OPC-02, a amortização contábil desses ágios cessou completamente.

(**) Ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes à cimento e seus derivados (Loma Negra C.I.A.S.A.) e R\$556.004 referentes à Concessão Ferroviária (Ferrofur Roca S.A.). O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes unidades geradoras de caixa e taxas de desconto:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Produção e comercialização de cimento e seus derivados na Argentina	-	-	-	918.139	916.208	909.580
Taxa de desconto	-	-	-	15%	15%	13,6%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados no Brasil	216.174	216.174	216.174	216.174	216.174	223.136
Taxa de desconto	12,8%	15%	13,6%	12,8%	15%	13,6%
Concessão ferroviária na Argentina	-	-	-	63.948	64.674	80.503
Taxa de desconto	-	-	-	15%	15%	13,6%

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração. As projeções dos fluxos de caixa para o período orçamentário baseiam-se nas margens brutas esperadas para o período e no aumento projetado do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base na vida econômica dos bens do ativo imobilizado estimada para 12 anos. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa. A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é demonstrada como segue:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros
Saldos em 01 de janeiro de 2009	216.174	7.833	26.316	4.305	254.628	-	-	-
Adição	-	-	6.473	-	6.473	-	-	-
Baixa	-	(2.643)	(14.476)	(3)	(17.122)	-	-	-
Amortização	-	(1.990)	(8.584)	-	(10.574)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	216.174	3.200	9.729	4.302	233.405	-	-	-
Adição	-	4.257	10.740	-	14.997	-	-	-
Amortização	-	(2.871)	(4.742)	-	(7.613)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	216.174	4.586	15.727	4.302	240.789	-	-	-

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Bens vinculados a concessão
Saldos em 01 de janeiro de 2009	216.174	7.833	26.316	4.305	254.628	-	-	-
Adição	-	-	6.473	-	6.473	-	-	-
Baixa	-	(2.643)	(14.476)	(3)	(17.122)	-	-	-
Amortização	-	(1.990)	(8.584)	-	(10.574)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	216.174	3.200	9.729	4.302	233.405	-	-	-
Adição	-	4.257	10.740	-	14.997	-	-	-
Amortização	-	(2.871)	(4.742)	-	(7.613)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	216.174	4.586	15.727	4.302	240.789	-	-	-

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Bens vinculados a concessão
Saldos em 01 de janeiro de 2009	216.174	7.833	26.316	4.305	254.628	-	-	-
Adição	-	-	6.473	-	6.473	-	-	-
Baixa	-	(2.643)	(14.476)	(3)	(17.122)	-	-	-
Amortização	-	(1.990)	(8.584)	-	(10.574)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	216.174	3.200	9.729	4.302	233.405	-	-	-
Adição	-	4.257	10.740	-	14.997	-	-	-
Amortização	-	(2.871)	(4.742)	-	(7.613)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	216.174	4.586	15.727	4.302	240.789	-	-	-

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Ágio	Direito de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Bens vinculados a concessão
Saldos em 01 de janeiro de 2009	216.174	7.833	26.316	4.305	254.628	-	-	-
Adição	-	-	6.473	-	6.473	-	-	-
Baixa	-	(2.643)	(14.476)	(3)	(17.122)	-	-	-
Amortização	-	(1.990)	(8.584)	-	(10.574)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	216.174	3.200	9.729	4.302	233.405	-	-	-
Adição	-	4.257	10.740	-	14.997	-	-	-
Amortização	-	(2.871)	(4.742)	-	(7.613)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	216.174	4.586	15.727	4.302	240.789	-	-	-

15.2. Controladas e controladas em conjunto - IFRS e BR GAAP

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, obtidos pelas empresas controladas e controladas em conjunto são como segue:

	Moeda estrangeira			Moeda nacional			Total		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Controladas e controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdtotal S.A. e controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos em pesos (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medium term notes (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Yguazú Cimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classificados no circulante - controladas e controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classificados no não circulante - controladas e controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classificados no circulante - consolidado - IFRS e BR GAAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classificados no não circulante - consolidado - IFRS e BR GAAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	01/01/2009			
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Custo	Depreciação	Provisão	Residual
Terrenos	76.384	—	—	76.384
Edifícios	1.265.985	(669.180)	—	596.805
Máquinas e equipamentos	2.012.762	(1.155.052)	(32.967)	824.743
Veículos	218.609	(106.162)	—	112.447
Móveis e utensílios	101.105	(69.157)	—	31.948
Minas e jazidas	126.981	(42.818)	—	84.163
Reservatório, barragens e adutoras	85.479	(5.601)	—	79.878
Outros	27.051	(8.161)	—	18.890
Pecas de reposição	5.471	—	—	5.471
Adiantamento a fornecedor	57.618	—	—	57.618
Imobilizado em andamento (*)	193.142	—	—	193.142
Total	4.170.587	(2.056.131)	(32.967)	2.081.489

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação das provisões para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	Trabalhistas e previdenciário	Tributárias	Cíveis	Depósito judicial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	4.311	7.520	2.154	(7.177)	6.808
Atualização	81	1.225	632	–	1.938
Resgate de depósito judicial	–	–	–	1.656	1.656
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.392	8.745	2.786	(5.521)	10.402
Constituição	4.098	10.851	18.892	(856)	32.985
Pagamento/reversão	(237)	(6.392)	(739)	–	(7.368)
Atualização	622	371	456	(2.702)	(1.253)
Resgate de depósito judicial	–	–	–	6.091	6.091
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.875	13.575	21.395	(2.988)	40.857

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Trabalhistas e previdenciário	Tributárias	Cíveis e outras	Depósito judicial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	17.222	33.633	141.371	(26.435)	165.791
Constituição	–	–	1.811	–	1.811
Pagamento/reversão	(732)	–	(2.915)	–	(3.647)
Atualização	104	1.225	632	–	1.961
Aumento de participação	30	–	–	–	30
Alienação de participação na controlada em conjunto - Usiminas	(8.984)	(26.113)	(10.030)	19.258	(22.869)
Varição cambial	(1.328)	–	(43.667)	–	(44.995)
Resgate de depósito judicial	–	–	–	1.656	1.656
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.312	8.745	87.202	(5.521)	96.738
Constituição	4.098	10.851	18.893	(856)	32.986
Pagamento/reversão	(769)	(6.393)	(1.404)	–	(8.566)
Atualização	1.931	372	2.029	(2.702)	1.630
Varição cambial	(121)	–	(7.107)	–	(7.228)
Resgate de depósito judicial	–	–	–	6.091	6.091
Saldos em 31 de dezembro de 2010	11.451	13.575	99.613	(2.988)	121.651

18. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação das provisões para reconstituição ambiental nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldos em 01 de janeiro de 2009	47.468	87.897
Atualização	3.004	9.548
Varição cambial	–	(14.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	50.472	82.884
Reversão	–	(362)
Atualização	3.120	8.744
Varição cambial	–	(2.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	53.592	88.293

21. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 são os seguintes:

	31/12/2010					
	Controladora (BR GAAP)					
	Ativo circulante			Passivo circulante		
	Contas a receber		Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas		Adiantamento de clientes
Controlada em conjunto:						
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	–	–	–	1.198	3.858	–
Yguazú Cimentos S.A. (b)	350	–	–	–	–	–
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	–	575	16	–	914	9
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	–	1.363	–	–	–	14
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	–	2.057	–	–	–	–
Controladas:						
CC Cimentos Participações Ltda.	–	–	–	–	1.693	–
Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	–	–	–	–	44.306	–
Controladora final - Camargo Corrêa S.A. (d)	–	–	4.303	–	–	–
Outras	3	–	99	–	334	–
Total 31 de dezembro de 2010	4.348	4.319	99	1.198	5.106	23

	31/12/2009					
	Controladora (BR GAAP)					
	Ativo circulante			Passivo circulante		
	Contas a receber		Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas		Adiantamento de clientes
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	241	10.127	–	–	1.738	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	482	–	282	–	1.566	24
CC Cimentos Participações Ltda. (d)	–	–	–	–	1.693	–
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.414	–	–	–	–	120
Camargo Corrêa S.A. (d)	–	–	70	18.000	107	–
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	19.250	–	–	–	–	–
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	–	55	–	–	3.300	–
Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	–	–	–	–	43.775	–
Itaúsa - Investimentos	–	–	–	–	–	–
Itaú S.A.	–	7.724	–	–	–	–
Yguazú Cimentos S.A. (b)	1.399	–	–	–	–	–
Outras	198	–	109	118	–	–
Total 31 de dezembro de 2009	22.984	17.906	461	18.118	4.278	144

	31/12/2010					
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Ativo circulante			Passivo circulante		
	Contas a receber		Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas		Adiantamento de clientes
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	241	10.127	–	–	1.738	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	482	–	282	–	1.566	24
CC Cimentos Participações Ltda. (d)	–	–	–	–	1.693	–
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.414	–	–	–	–	120
Camargo Corrêa S.A. (d)	–	–	129	18.000	–	15
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	19.250	–	–	–	–	–
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	–	55	–	–	–	–
Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	–	–	–	–	43.775	–
Itaúsa - Investimentos	–	–	–	–	–	–
Itaú S.A.	–	7.724	–	–	–	–
Yguazú Cimentos S.A. (b)	1.399	–	–	–	–	–
Outras	198	–	109	118	–	–
Total 31 de dezembro de 2009	22.984	17.906	461	18.118	4.278	144

	31/12/2009					
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Ativo circulante			Passivo circulante		
	Contas a receber		Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas		Adiantamento de clientes
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	241	10.127	–	–	1.738	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	482	–	282	–	1.566	24
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	1.414	–	–	–	–	120
Camargo Corrêa S.A. (d)	–	–	129	18.000	–	15
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	19.250	–	–	–	–	–
BAESA - Investimentos	–	7.724	–	–	–	–
Itaú S.A.	–	–	–	–	–	–
Yguazú Cimentos S.A. (b)	1.399	–	–	–	–	–
Outras	198	55	109	118	32	–
Total 31 de dezembro de 2009	22.984	17.906	520	18.118	4.278	144

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são como segue:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Controladora (BR GAAP)	Controladora (BR GAAP)		Controladora (BR GAAP)	Controladora (BR GAAP)	
	Reculta (despesa) de			Reculta (despesa) de		
	Vendas	Compras/ despesas		Vendas	Compras/ despesas	
Controladas em conjunto:						
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	774	38.462	–	1.065	18.257	–
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	–	29.888	–	–	31.587	–
Yguazú Cimentos S.A. (b)	2.254	–	–	3.464	–	–
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	3.183	–	–	30.340	–	–
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	15.054	–	–	15.012	–	–
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	7.927	–	–	60.063	–	–
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	–	7.129	–	–	–	–
Serra do Facão Energia S.A.	505	–	–	7.426	–	–
Controladas - Loma Negra C.I.A.S.A. (c)	–	–	(2.040)	–	–	(10.892)
Controladora final:						
Camargo Corrêa S.A. (d)	–	–	1.735	–	–	–
Outras	187	4	386	–	–	–
Total	29.884	75.479	(301)	117.756	49.844	(10.892)

	31/12/2010			31/12/2009		
	Controladora (BR GAAP)	Controladora (BR GAAP)		Controladora (BR GAAP)	Controladora (BR GAAP)	
	Reculta (despesa) de			Reculta (despesa) de		
	Vendas	Compras/ despesas		Vendas	Compras/ despesas	
Controladas em conjunto - Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas (b)	774	38.462	–	204	6.458	–
Entidades sob controle comum:						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	3.183	–	–	30.340	–	–
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	15.054	–	–	15.012	–	–
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	7.927	–	–	60.063	–	–
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	–	7.129	–	–	–	–
Serra do Facão Energia S.A.	505	–	–	7.426	–	–
Controladora final - Camargo Corrêa S.A. (d)	–	–	1.735	–	–	–
Outras	692	–	386	–	–	–
Total	28.135	45.591	1.735	113.431	6.458	–

(a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do consórcio BAESA.						
(b) Compra e venda de mercadorias e serviços.						
(c) Empréstimo de mútuo de US\$20 milhões, sujeito a juros de 5,73% ao ano, liquidado em 15 de julho de 2010. Em 30 de julho de 2010, a Companhia obteve novo empréstimo de mútuo no valor de US\$23,5 milhões, sujeito a juros de 4,15% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de julho de 2012.						
(d) Na controladora, o resultado financeiro refere-se a contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora Camargo Corrêa S.A. (CCSA), com incidência de juros de 110% do CDI, liquidado em 16 de março de 2010. No consolidado, refere-se a contrato de mútuo entre a controlada Loma Negra C.I.A.S.A. e a CCSA, com juros de taxa Libor + 3% a.a., liquidado em 3 de maio de 2010.						
21.1. Remuneração dos administradores						
a) Controladora (BR GAAP)						
Em 28 de abril de 2010, o valor da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2010 foi fixado em R\$8.900, não incluindo encargos sociais, acrescido de provisão de férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação das Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária.						
Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão demonstrados a seguir:						
	31/12/2010	31/12/2009				
Curto prazo:						
Salários, remuneração variável e outros benefícios (**)	6.569	4.327				
Salários, remuneração variável e outros benefícios (*)	2.304	2.191				
Encargos	1.703	1.939				
Longo prazo (benefícios pós-emprego):						
Previdência privada	138	230				
Total da remuneração	10.714	8.687				
(*) Remuneração dos Diretores Estatutários						
(**) Remuneração do Conselho de Administração						

19. PASSIVO ATUARIAL
Os funcionários da controlada em conjunto Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) e da controladora indireta em conjunto Cia. Siderúrgica Paulista (Cosipa) possuem planos de benefícios previdenciários, caracterizados como "benefício definido" e "contribuição definida", administrados pela Caixa dos Empregados da Usiminas e pela Fundação Cosipa de Seguridade Social - Femco, respectivamente, entidades fechadas de previdência complementar.

Cálculo atuarial
A controlada obteve cálculo dos passivos atuariais, elaborado por atuário independente, com base no IAS 19 considerando a opção da isenção prevista no IFRS 1 de reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. Os valores apurados, conforme laudo atuarial, estão demonstrados a seguir:

	01/01/09
Valor presente da obrigação atuarial	163.148
Valor justo dos ativos	(142.832)
Valor líquido dos ganhos (perdas) não reconhecidos no balanço	(14.467)
Passivo (ativo) atuarial	5.849
Limite dos ativos (asset ceiling)	–
Passivo (ativo) atuarial	5.849
Passivo adicional	35.600
Passivo (ativo) atuarial plano de aposentadoria	41.449
Passivo (ativo) atuarial assistência médica	1.337
Passivo (ativo) atuarial total	42.786

As principais premissas atuariais econômicas usadas foram as seguintes:

	01/01/09	FEMCO
Taxa de desconto	11,29% a.a.	11,29% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - PB1/PBD	12,56% a.a.	11,73% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - Usiprev/Cosiprev	12,56% a.a.	11,73% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,64% a.a.	7,64% a.a.
Crescimentos dos benefícios da Previdência Social	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Crescimento dos serviços médicos	–	8,68% a.a.
Fator de capacidade	–	–
Salários	98%	98%
Benefícios	98%	98%

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**a) Previdência Privada**

A Companhia proporciona aos funcionários um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contribuiu com o montante de R\$666 (R\$565 em 31 de dezembro de 2009).

b) Outros Benefícios a Empregados

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio médico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio acidente de trabalho, auxílio transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

30. SEGUROS
A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm política de efetuar cobertura de seguros de forma global dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

31. AVAIS E FIANÇAS PRESTADOS
A Companhia forneceu garantia para o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") em 11 de dezembro de 2009, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada Loma Negra e o BID, com vencimento até 2017, cujo objeto foi a concessão de crédito no valor de até US\$125.000 mil, destinado a modernização e expansão de fábricas na Argentina.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32.1. Gestão do risco de capital
A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).
A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre o capital.

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	11.145	8.895	12.681	31.885	26.643	27.349
Aplicações financeiras - ativo financeiro	22.279	89.920	59.410	132.685	336.526	120.951
Contas a receber de clientes	131.371	135.590	124.920	213.025	196.487	274.239
Partes relacionadas	99	18.118	147	99	18.118	147
Valor justo por meio do resultado						
Fundos exclusivos	117.423	53.486	52.142	117.423	53.486	52.142
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Debêntures	-	-	262.880	12.101	11.218	320.055
Empréstimos e financiamentos	436.391	405.123	406.331	751.823	765.463	636.464
Medium term notes	259.172	270.838	363.513	425.713	444.945	596.650
Fornecedores	83.813	86.992	78.515	206.710	216.841	252.926

32.3. Ativos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado
O valor justo do derivativo e dos fundos exclusivos (mantidos para negociação) foi obtido através das informações disponíveis ao público, sem nenhum tipo de ajuste, portanto classificamos como nível 1, conforme definido no CPC 39 - Instrumentos financeiros.

Derivativos
Em virtude das obrigações financeiras em moeda estrangeira assumidas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, seguindo diretrizes estabelecidas pelos respectivos Conselhos de Administração, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser contratados para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.
Em 31 de dezembro de 2010, a Controlada Loma Negra possui substancialmente a operação com instrumento derivativo, do tipo "swap", junto ao Banco JP Morgan Chase Bank N.A., Sucursal Buenos Aires, cujo valor de referência é de US\$7.250 mil, equivalente a US\$12.287, considerando a taxa de câmbio prevalente na data da contratação, em 15 de março de 2008, com vencimento para 15 de março de 2013, com o objetivo de mitigar os riscos de câmbio dos juros relacionados ao empréstimo contraído em dólar norte-americano. Esta operação de "swap", a qual possui como garantia Nota Promissória emitida pela Companhia, consiste na troca da variação cambial do juros em US\$ (posição ativa) por uma correção relacionada a um percentual fixo estabelecido de 7,25% (posição passiva). Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado é de R\$12.211 e a perda do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 representa R\$330. A variação do valor justo destas operações está classificada na rubrica de despesas financeiras.

32.4. Objetivos da administração dos riscos financeiros
O Departamento de Tesouraria Corporativa da controladora Camargo Corrêa S.A. presta serviços às empresas, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e de suas controladas por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

32.5. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

a) Risco de taxa de Câmbio
A Companhia, controladas e controladas em conjunto possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente em dólar norte-americano e pesos argentinos, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atreladas à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo:						
Contas a receber	350	1.414	1.954	70.157	51.588	84.541
Ativo exposto	350	1.414	1.954	70.157	51.588	84.541
Passivo:						
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	262.700	286.045	394.219	632.009	693.538	654.706
Mútuo com partes relacionadas	39.833	39.575	50.468	-	-	-
Fornecedores no exterior	66.515	7.889	2.723	74.828	38.287	13.668
Adiantamentos de clientes	-	-	-	17.646	10.533	14.590
Passivo exposto	369.048	333.509	447.410	724.483	742.358	682.964

32.6. Valores de mercado
Na Companhia e suas controladas os empréstimos e financiamentos e os outros passivos financeiros classificados como custo amortizado, aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo "Medium-term notes", conforme demonstrado abaixo:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Valor Justo	261.359	273.614	433.562	453.537
Valor contabilizado	259.172	270.838	429.302	448.697

32.7. Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, CDI, Libor, IPCA e TJLP nos empréstimos e debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Estas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo:						
CDI	139.702	143.414	111.552	143.046	143.414	138.431
Passivo:						
IGP-M	45.764	43.340	29.479	45.764	43.340	29.479
CDI	-	41.732	297.880	12.101	41.732	353.264
IPCA	4.547	5.002	3.505	4.547	5.002	3.505
TJLP	329.084	283.438	39.536	372.398	283.438	69.684
Outros	14.727	14.379	-	14.727	14.379	178.885
Total do passivo	394.122	387.891	370.400	449.537	387.891	634.817

32.8. Risco de crédito
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito, consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

32.9. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2010, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e aqueles expostos a variações do IGP-M, CDI, IPCA e TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Cenário*					
		Controladora			Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição ao risco cambial							
Swaps	Valorização do Real	-	-	-	832	4.136	7.439
Ativo:							
Contas a receber	Valorização do Real	381	285	190	-	(17.452)	(34.903)
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do Real	22.971	94.388	165.806	32.592	146.587	260.582
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do Real	3.483	9.958	19.916	-	-	-
Fornecedores no exterior	Desvalorização do Real	5.816	23.899	41.982	439	30.880	61.321
Exposição a índices variáveis							
Swaps	Aumento do índice	-	-	-	(560)	(466)	(302)
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	16.471	12.353	8.235	16.865	12.649	8.433
Empréstimos e Debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	2.154	2.692	3.230	2.154	2.692	3.230
CDI	Aumento do índice	-	-	-	1.427	1.783	2.140
IPCA	Aumento do índice	228	285	342	228	285	342
URTJLP	Aumento do índice	19.745	24.681	29.618	22.344	27.930	33.516
LIBOR	Aumento do índice	91	114	137	91	114	137

(*) A variação dos saldos apresentados referem-se a valores estimados de liquidação.

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações acima. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (R\$ - Real) em relação ao Cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25% e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas acima para o período a findar-se em 31 de dezembro de 2011.

Os cenários apresentados na análise de sensibilidade foram definidos com base na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2010	31/12/2009
Capitalização de Juros	10.493	7.213
Redução de capital com transferência de investimentos	-	1.586.689
Aquisição de investimentos com crédito de Juros sobre Capital Próprio (Itaúsa)	-	18.273
Aquisição de imobilizado através de financiamento	6.864	46.328
Compensação de impostos a recolher com impostos a recuperar	13.601	-
Prescrição de dividendos	816	60

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de março de 2011, a Companhia recebeu o equivalente a US\$6,4 milhões da companhia Cimentos de Moçambique, controlada da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A., relativos ao preço definitivo de compra e venda da CINAC. Dessa forma, a Companhia conclui a transferência, para a CIMPOR, da participação de 51% do capital social da Cinac - Cimentos de Nacala, S.A.

Na mesma data, a Companhia recebeu o equivalente a US\$9,6 milhões da CINAC referente a contrato de mútuo denominado localmente "contrato de suprimentos".

35. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2011, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2010, estando aprovadas para divulgação.

36. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA COM EXCLUSÃO DA CONTROLADA EM CONJUNTO USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

	2009
Receita Líquida de Vendas e Serviços	2.362.373
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(1.659.126)
Lucro Bruto	703.247
Despesas Operacionais	
Comerciais	(50.208)
Administrativas	(158.173)
Amortizações de ágio	-
Equivalência patrimonial	149.325
Outras despesas operacionais, líquidas	(20.284)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	623.907
Resultado Financeiro	
Variação cambial, líquida	90.036
Receitas financeiras	22.324
Despesas financeiras	(142.223)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	594.044
Imposto de Renda e Contribuição Social	
Correntes	(27.006)
Diferidos	(26.350)
Lucro Líquido do Exercício	540.688
Lucro líquido do exercício atribuído à participação dos controladores	538.282
Lucro líquido do exercício atribuído à participação de não controladores	2.406

Contador - Nelson Nóbrega da Costa - CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Camargo Corrêa Cimentos S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camargo Corrêa Cimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Camargo Corrêa Cimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador - CRC nº 1 SP 109447/O-6

Deloitte.